



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

ESTÁGIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO, PERMANÊNCIA E ACOMPANHAMENTO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA SILVA¹

Resumo: O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa descritiva e explicativa, com abordagem quanti-qualitativa, que objetivou identificar as dificuldades de inserção, permanência e acompanhamento no estágio supervisionado do curso de serviço social da UFAM, que incidem na fragilização da formação profissional. Assim, foram levantadas as opiniões dos discentes que cursaram a disciplina estágio supervisionado no semestre 2018/01.

Palavras chaves: Serviço social, Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Dificuldades de Operacionalização.

Abstract: This article presents the results of a descriptive and explanatory research, with a quantitative-qualitative approach that aimed to identify the difficulties of insertion, permanence and follow-up in the supervised stage of the UFAM social service course that focus on the weakening of professional training. Thus, the opinions of the students who attended the supervised internship course in the semester 2018/01 were raised.

Keywords: Social work, Vocational training; Supervised internship; Difficulties of Operationalization.

1. INTRODUÇÃO

A discussão teórica e os resultados apresentados neste artigo decorrem da inquietação de compreender as dificuldades de operacionalização do estágio supervisionado frente à precarização do ensino, que afetam os diferentes espaços sócio-ocupacionais, os chamados *campos de estágios*. A análise foi realizada a partir do levantamento das percepções dos discentes matriculados na disciplina estágio do semestre 2018/01, cujo objetivo central era o de compreender as principais dificuldades vivenciadas pelos discentes no processo de inserção, permanência e acompanhamento no Estágio Supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A pesquisa caracteriza-se como *descritiva e explicativa*. Quanto à sua natureza *Descritiva*, o estudo buscou descrever as visões dos 48 (98%) discentes matriculados em estágio sobre as dificuldades de inserção, permanência e acompanhamento nos (31) espaços conveniados com a universidade. Quanto à natureza *Explicativa*, o estudo buscou aprofundar a análise da realidade do estágio supervisionado em suas singularidades,

¹ Estudante de Pós-Graduação, Faculdade Salesiana Dom Bosco, E-mail: escarleteraiissa@gmail.com.

identificando as causas e/ou fatores condicionantes das dificuldades na materialização do estágio e as repercussões dessas dificuldades na formação profissional. Por fim, o artigo está estruturado em duas partes. A primeira apresenta uma breve discussão da articulação do estágio com a política educacional. E a segunda parte do artigo apresenta os resultados sobre as dificuldades de inserção, permanência e acompanhamento do Estágio Supervisionado em Manaus.

2. DESENVOLVIMENTO

O serviço social é uma profissão construída historicamente, sendo assim, uma profissão que apresentou mudanças de acordo com o que determinava o momento histórico social, cultural, político e econômico da sociedade. A construção da sua identidade (valores éticos, função social e legitimidade) é decorrente de um processo marcado por conflitos, contradições, tensões políticas e ideológicas, que culminaram no movimento de reconceitualização da profissão, no qual foi construído o atual posicionamento hegemônico da profissão frente ao seu objeto de investigação e intervenção: as expressões da questão social. Destarte, a formação profissional passou por transformações advindas desse processo de legitimidade na sociedade, assumindo assim, diferentes configurações e influências em momentos diferentes.

Na contemporaneidade a formação em Serviço Social permanece em desdobramento contínuo, enfrentando desafios e percalços na defesa de um ensino ético, legal e crítico. Desses desafios, o debate atual apresenta uma forte crítica referente à precarização do ensino, enfatizando que a fragilização no processo de aprendizado compromete não apenas a formação, mas especificamente o exercício profissional. Quando a formação não fornece os elementos básicos que fundamentam e direcionam a identidade profissional do assistente social, o exercício tende a ser desvinculado do que se preconiza no projeto ético político da profissão, pois o estágio supervisionado não tem como objetivo ser funcional e torna-se necessário qualificar o amadurecimento teórico, técnico operativo e investigativo da profissão.

No que concerne à discussão teórica da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o estágio supervisionado assume centralidade na formação profissional. Por isso, a importância desse processo ter qualidade, sendo o estágio considerado fundamental para a compreensão das competências e habilidades profissionais. No entanto, de acordo com análise de Boschetti (2016), a crise na contemporaneidade afeta fortemente a educação, pois a mesma está ligada ao processo de ensino e estágio. A autora salienta que o curso de serviço social, através da contrarreforma

do ensino, sofreu mudanças e uma expansão que reestruturou suas bases metodológicas. Essa expansão afeta fortemente o processo de formação, pois está gerando novos profissionais sem bases adequadas para se ter um posicionamento crítico, político e social nos espaços de inserção de estágio.

Destarte, na discussão sobre precarização do ensino, é impossível não abordar o estágio supervisionado, pois “o estágio se desenvolve em articulação com a política educacional, num contexto em que educação vem sendo tratada como mercadoria” (BEHRING, 2016, p.5). Efeito da contrarreforma do ensino superior decorrente da proposta da LDB, que propunha a substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares mais flexíveis, mudança que ocasionou o crescimento elevado do curso de serviço social. Assim, os efeitos na formação profissional são citados por Boschetti, 2016 p.19:

Esse processo, sobretudo a expansão do ensino a distância, fragiliza a formação, que se torna mais curta, mais superficial, com menos fundamentação crítica e mais sujeita à submissão ao mercado consumidor. Essa condição provoca o avanço e retomada do conservadorismo na profissão, que se expressam de várias maneiras.

Iamamoto (2014, p.116) corrobora com o pensamento e salienta que “a proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior”. A mesma faz uma crítica às novas ideias do Ministério da Educação quando em 2001 os currículos mínimos são substituídos por diretrizes mais flexíveis que atendam à lógica do mercado. Salienta ainda que foi necessário recorrer à *Lei De Regulamentação da Profissão e Código de Ética* para que não houvesse uma descaracterização da profissão.

É incontestável que a formação em serviço social no Brasil tem passado por mudanças. O crescimento do número de escolas privadas (presenciais e a distância) de serviço social concomitante ao crescimento de profissionais vem se colocando como desafios quanto à adequação desta formação ao currículo mínimo proposto pelo corpo coletivo crítico da profissão (ALVES; ALVES, 2015, p.06).

Segundo Boschetti (2016), as tendências mercantis têm provocado uma intensificação no trabalho do assistente social, no que se refere a tempo e demanda. A autora aponta que as mudanças ocasionadas pelo mercado vêm causando uma alteração estrutural, gerando um sistema de trabalho padronizado, competitivo e multifuncional. Faz uma reflexão quanto à extensa e intensa jornada de trabalho do assistente social no ensino, ressaltando que a pressão por produtivismo fragiliza a qualidade do ensino. Esta não é uma realidade recente, vale ressaltar o posicionamento de Iamamoto (2009) quando afirma que “a massificação e a perda de qualidade da formação universitária estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às ‘normas do mercado’, redundando em um processo de despolitização da categoria” (IAMAMOTO, 2009,

p.37).

Esses mecanismos ideológicos são exemplificados através das medidas neoliberais de privatização, flexibilização e mercantilização do ensino. Pereira (2016) explica que o processo de expansão e empresariamento do ensino superior deve ser compreendido à luz do processo de produção/reprodução do capital, pois houve uma flexibilização e rebaixamento nas exigências educacionais que geraram um novo perfil de profissional. Nessa perspectiva, houve um impacto na formação profissional em serviço social, ou seja, a precarização do ensino trouxe sérias implicações no espaço profissional da categoria, como explica Pereira: “Tais profissionais poderão exercer a supervisão de campo ou até mesmo a docência, retroalimentando as fragilidades no processo formativo de outros profissionais. Portanto, parece um círculo vicioso, que não se esgota, mas alimenta a precariedade” (2016 p.46).

Esse novo perfil afeta fortemente o exercício profissional do assistente social, tanto na academia como nos campos de estágios onde estão inseridos os discentes em aprendizado. Nessa perspectiva, o processo de supervisão sofre com essas mudanças, pois abre possibilidades para a retroalimentação do perfil do profissional na lógica do institucional. Para que não haja uma precarização do trabalho profissional que está diretamente ligado à qualidade da formação de novos assistentes sociais, torna-se necessária uma organização coletiva e um sério compromisso com as bases norteadoras da profissão. Em Manaus, o curso de serviço social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) defende uma formação crítica e salienta a importância do estágio supervisionado na centralidade da formação profissional como ato educativo no processo de ensino e aprendizado. Segundo o CONSEPE e CEG (2009), o estágio objetiva aproximar, potencializar, instrumentalizar e favorecer a reflexão teórico-prática sobre a trajetória do estágio, conforme menciona:

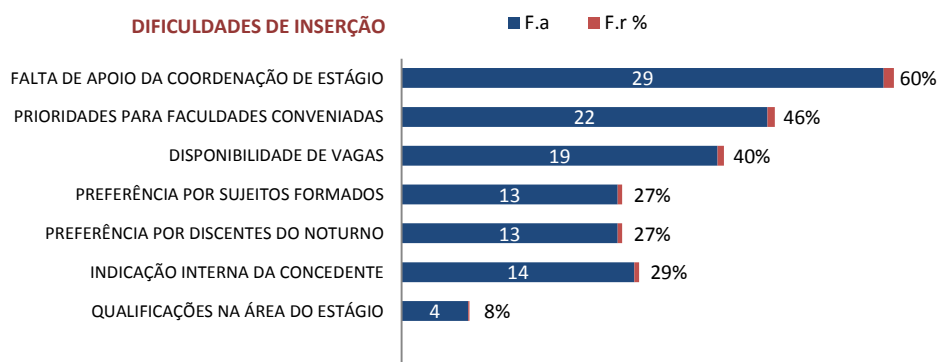
Aproximar o aluno ao contexto da profissão, sensibilizando-o para a questão social, para as grandes questões da profissão e para a função social na mesma realidade. Favorecer a reflexão sobre a realidade social e as organizações em que o assistente social desempenha seu trabalho profissional. Potencializar o desenvolvimento de atitudes científicas e habilidades técnicas que concorram para a utilização consciente, consequente e adequada do instrumento técnico-operativo do serviço social. Instrumentalizar o aluno para formulação de propostas teórico-metodológicas do serviço social, situando-o diante de instrumentos e recursos disponíveis e/ou construído para o exercício profissional. Favorecer a reflexão teórico-prática sobre a trajetória do estágio, bem como sobre o trabalho de conclusão de curso, devidamente referenciado a todo o processo de formação. (RESOLUÇÃO N° 33A/2009-CEG/CONSEPE, p.20).

Para Guerra (2016), o estágio supervisionado é um dos agentes que contribuem para a compreensão entre o trabalho e a formação profissional, mas salienta que o espaço e as condições de trabalho são determinantes para que ocorra essa materialização. As

condições de trabalho de certa forma influenciam no aprendizado e possibilitam a construção de um perfil crítico atento às contradições presentes no processo de aprendizado da prática profissional. Logo, é importante compreender quais são essas dificuldades de operacionalização. Em Manaus, essas dificuldades ocorrem desde o processo de inserção à permanência dos discentes nos campos de estágio, conforme apresenta os gráficos abaixo.

a) Dificuldades de Inserção e Permanência;

Gráfico 01: Dificuldades vivenciadas pelos discentes no processo de inserção nos campos que ofereciam Estágio Supervisionado no semestre 2018/01



Fonte: Pesquisa de Campo – 2018/01 – Questão Múltipla Escolha.

O gráfico sinaliza uma evidente competição por vagas em Manaus, o que ocasiona também dificuldades para a “coordenação de estágio” no processo de inserção dos discentes. Segundo Lima (2017), a partir da década de 1990, há um grande crescimento nas instituições formadoras de assistentes sociais em Manaus. Ele afirma que o curso, que era oferecido somente na UFAM, passa a ser ofertado em outras oito IES, de caráter presencial. Nesse sentido, a disputa por vagas se acentua ainda mais com crescimento desenfreado do EAD, problemática que não é recente e vem sendo discutida desde 2001, pelo CFESS.

Essa expansão tem se acentuado e fragiliza a formação profissional crítica, ética e legal, pois se impõe como desafio ao currículo mínimo proposto pela ABEPSS. Se na contemporaneidade a formação profissional é vista como mercadoria, seu efeito no cenário institucional vai fragilizar a concepção do estágio supervisionado. O estágio começa a ser entendido como uma “relação de troca de serviços”, por conta da grande reserva de discentes sem estágio. A vantagem neste caso está nas mãos do mercado e torna o estágio altamente competitivo, uma vez que o discente depende da sua inserção para ser aprovado na disciplina. O quadro abaixo apresenta algumas das dificuldades.

Quadro 01: Justificativas das principais dificuldades na percepção dos discentes matriculados no estágio;

CATEGORIAS ELABORADAS A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.	TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DAS NARRATIVAS DOS ENTREVISTADOS
Falta de apoio da Coordenação de Estágio	<p>“No estágio I, houve bastante dificuldade, pois não houve o apoio da coordenação de estágio, [...] todas as opções [...] foram respostas que ouvi quando estava à procura de estágio. A única orientação que recebi da coordenação era que devia procurar por estágio no semestre anterior a ser realizada a disciplina, mas quando fui à procura, as instituições concedentes diziam que era a universidade que devia entrar em contato com eles, quando informei na coordenação o ocorrido, uma das coordenadoras disse que eles nunca atendiam aos pedidos da coordenação, tanto que só comecei o estágio bem atrasada e só consegui porque fui indicada por colegas que estavam finalizando o estágio III” (Entrevistado n° 01/Saúde).</p> <p>“Sim, senti muitas dificuldades, primeiro porque eu que fui procurar [...] a gente não teve apoio nenhum da coordenação, a gente ia começar o estágio e tinha que ter um estágio, eles não deram no primeiro momento nenhum suporte, [...] quem foi atrás fui eu, passei dias e dias andando pra conseguir um estágio e nos lugares que eu fui sempre tinha algum critério [...] eu tive sim, muita dificuldade de encontrar, por causa da falta de apoio da coordenação, por causa [...] das instituições que tinha limites e critérios pra gente conseguir”. (Entrevistado n° 14/Sociojurídico).</p> <p>“[...] dificuldades e muitas, ela veio através da própria instituição UFAM mesmo, da Coordenação, é porque eles colocam a responsabilidade diretamente no estudante, então ele vai em busca, aí quando chega na instituição onde você almeja fazer o estágio, o que acontece, pedem algumas referências, e a gente não tem como dar essa resposta esclarecida para eles, vem em busca na UFAM, mas eles também não dão esse amparo pra gente de uma forma mais concreta”. (Entrevistado n°35 / Educação).</p>
Convênio / Parceria	<p>“[...] a alegação de todos os locais que eu fui, era que a universidade não tinha convênio, a universidade não faz parceria. A universidade nunca compareceu nos locais para abrir campo de estágio pra nós aqui [...] onde eu bati, eu falei: Tem estágio obrigatório curricular? Eu preciso fazer! Eu tenho disponibilidade de tempo! Mesmo assim eles disseram: não, não podemos!”. (Entrevistado n°26 / Educação)</p> <p>“Faltava vagas onde eu procurava e onde tinha vaga não tinha convênio com a UFAM, foi bem difícil, até que consegui por indicação” (Entrevistado n°34 / Sociojurídico).</p> <p>“[...] eu senti dificuldades, sim, porque nas instituições que eu fui atrás, todas queriam estagiários [...] porém, elas não tinham convênio com a UFAM”. (Entrevistado n°02 / Assistência)</p>

Fonte: Pesquisa de Campo – 2018/01

Embora o PPC (2009) e a Política Nacional de Estágio estabeleçam a “Coordenação de Estágio” como a responsável pelo primeiro contato com as Instituições Concedentes, o Departamento de Programas Acadêmicos (DPA) disponibiliza o termo de firmação de convênio na página da PROEG, inclusive salienta que “a iniciativa para firmar convênio de estágio deverá partir da própria organização (público ou privado) ou pela própria UFAM através de suas unidades acadêmicas (via diretores, chefes de departamentos, coordenadores de cursos, coordenadores de estágio)” (DPA, 2018, chamada pública). Porém, em Manaus, no curso de serviço social, a responsabilidade recai para a coordenação, que tem dificuldades de vincular com as instituições, por conta das “parcerias” que a mesma não realiza. Essa dificuldade se estende também na permanência de alguns discentes que realizavam o *estágio obrigatório* e *não obrigatório* em instituições diferentes, pois algumas apresentavam resistência no processo de supervisão, conforme discrimina a percepção dos entrevistados:

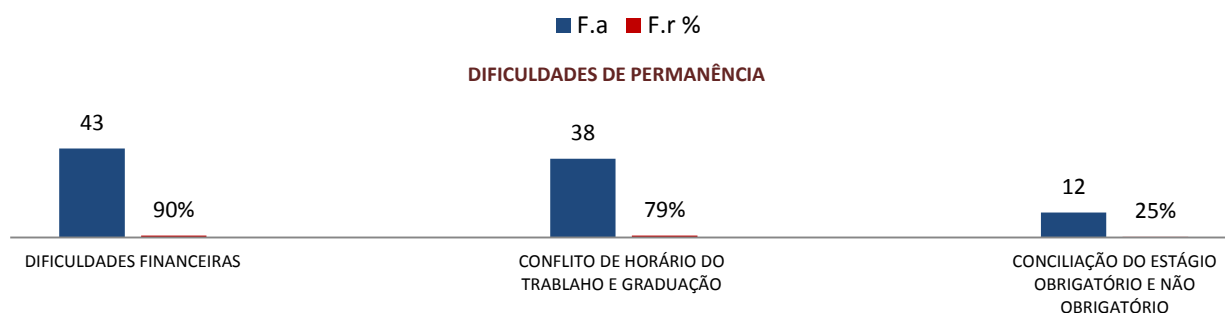
“Eu procurei em alguns lugares e eles não queriam supervisionar, eles alegavam que a instituição não tinha vínculo, eles só pegavam estágio renumerado, mas sem supervisão”. (Entrevistado n°27 /Sociojurídico).

“[...] a instituição não tem convênio com a UFAM, então me falaram da possibilidade de fazer convênio. Então eu fui atrás de conveniar o CRAS, mas na instituição [...] eles se mostram fechados a isso, tanto que já tem outras pessoas que estagiam no CRAS, mas não é válido o estágio delas pra ser curricular” (Entrevistado n°31 /Sociojurídico).

“Queria na assistência, porque eu faço estágio remunerado na assistência, sendo que eu tentei colocar ele para ser o meu supervisionado, mas a instituição não tem convênio com a UFAM e não tinha interesse em ter” (Entrevistado n°44 / Saúde).

Observa-se a dificuldade em conciliar o “estágio não obrigatório” com o “obrigatório” ocorre, pois algumas instituições às quais os discentes realizavam o “estágio não obrigatório” não possuíam interesse em vincular-se à UFAM, situação que decorre, pois na contemporaneidade há uma resistência no que se refere ao acompanhamento dos estagiários no estágio curricular obrigatório. De acordo com as falas dos discentes, algumas instituições oferecem critérios de trocas e/ou, quando aceitam vincular, o assistente social não possui interesse em supervisionar. É importante destacar que embora a lei de regulamentação da profissão determine como uma atribuição privativa a supervisão direta, ainda há uma resistência por parte de alguns profissionais e instituições. Outras dificuldades identificadas na pesquisa giram em torno da questão financeira, conforme apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 02: Dificuldades vivenciadas pelos discentes no processo de permanência no estágio supervisionado no semestre 2018/01.



Fonte: Pesquisa de Campo – 2018/01 – Questão Múltipla Escolha.

O “gráfico 02 sinaliza “dificuldades de ordem externa” e dificuldades de ordem interna”. O primeiro caso está relacionado à manutenção de duas atividades, como trabalho e estágio que conflitam com graduação, ou ainda, *estágio não obrigatório* com o *estágio obrigatório*, que pode estar entrelaçado a dificuldades financeiras. Oliveira (2004) faz uma crítica a este processo e salienta que o estágio tem sido caracterizado como emprego, pois muitos discentes o têm como fonte de renda e manutenção de despesas acadêmicas, em face de situação socioeconômica. Apesar da distância de quatorze anos após sua crítica, podemos fazer uma reflexão no contexto atual e observar que essa caracterização tem se acentuado historicamente e tem gerado consequências na formação profissional no que se refere à compreensão do papel do estágio como espaço de formação. Essa problemática na contemporaneidade desqualifica o estágio e afeta o processo de supervisão nos campos de estágio no que se refere a tempo e demanda, conforme será explicado nas dificuldades de acompanhamento.

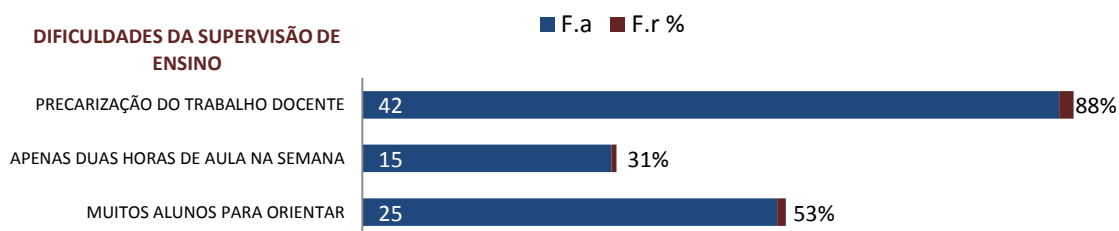
b) Dificuldades de acompanhamento dos supervisores de Ensino e Campo;

Segundo Boschetti (2016), a precarização do trabalho docente tem se intensificado no cenário atual, decorrente das tendências dos novos perfis de profissionais exigidos no mercado de trabalho. A autora salienta que o serviço social não está isento dessa característica, uma vez que a expansão acelerada dos cursos tem causado uma tendência a produtivismo e competitividade. A problemática principal são as consequências dessa pressão que fragilizam a formação profissional, pois provocam mudanças no processo de “ensinar, pesquisar e orientar”. Em Manaus, essa situação não se altera, uma vez que os docentes da disciplina de estágio ministram outras disciplinas e assumem responsabilidades de projetos na universidade, conforme menciona a entrevistada, abaixo:

“Eu acho que é a precarização do ensino, a exploração do trabalho do docente porque é humanamente impossível você dar conta de quinze alunos de estágio, tendo que visitar quinze campos de estágios e o professor ter que disponibilizar tempo individual pra cada aluno e tendo uma outra turma de outra disciplina de vinte, trinta alunos e tendo orientação de outra coisa, então é humanamente impossível, isso sobrecarrega os professores e a qualidade das aulas[...]” (Entrevistado n° 15/ Assistência).

No curso de serviço social da UFAM, o papel da supervisão de ensino está além da orientação e realização de leituras teóricas. O processo de ensino envolve estratégias pedagógicas de acompanhamento através de visitas e oficinas que devem deixar claros os objetivos do estágio na formação profissional. Assim, não é apenas orientar sobre como proceder nos estágios, mas proporcionar a reflexão para o amadurecimento teórico e ético político dos discentes. No entanto, a percepção da entrevistada é quase unânime no curso de serviço social, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 03: Percepção dos discentes sobre as dificuldades de acompanhamento do supervisor de ensino no estágio supervisionado na universidade

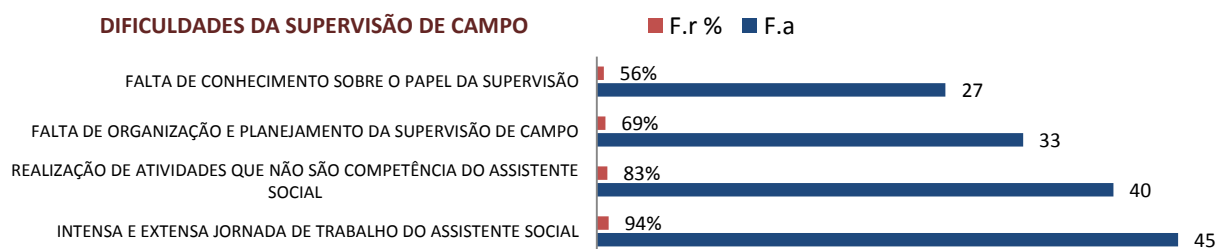


Fonte: Pesquisa de Campo – 2018/01 – Questão Múltipla Escolha.

Para Boschetti (2016), esse condicionante está relacionado à demanda de trabalho do professor docente, que impõe um ritmo acelerado na relação de tempo entre o docente e o discente. Essa problemática fragiliza não só a qualidade e o ensino na sala de aula, mas

dificulta o processo de interação com o supervisor de campo na construção do “plano de trabalho conjunto”. Esse condicionante não é exclusivo das dificuldades da supervisão de ensino, pois se acentua ainda mais nos campos de estágio, conforme discrimina o gráfico abaixo:

Gráfico 04: Percepção dos discentes sobre as dificuldades de acompanhamento do supervisor de campo nos espaços de estágio supervisionado



Fonte: Pesquisa de Campo – 2018/01 – Questão Múltipla Escolha.

O gráfico sinaliza que a causa da indisponibilidade de tempo para acompanhamento do estagiário está relacionada à precarização do trabalho do assistente social. Segundo Assis e Rosado (2012), a precarização das condições e relações de trabalho resulta na intensa e extensa jornada de atividades do assistente social. Esse condicionante desvela-se em duas categorias: a) exigência do espaço institucional e, b) falta de conhecimento das atribuições privativas do assistente social. Essas condições acentuam-se quando os supervisores estão dentro de um perfil multifuncional, principalmente quando são terceirizados ou voluntários, pois existe uma pressão por produtividade e necessidade de manter-se inserido no mercado de trabalho.

Com aceitação dessas atividades extras, o exercício profissional tem uma tendência a se confundir com outros exercícios. Diante disso, há uma sobrecarga que ocasiona uma limitação no tempo de supervisão. Não obstante, a falta de conhecimento das competências e atribuições do assistente social fragiliza o processo de ensino aprendido dos discentes, problemática que está estreitamente articulada com a formação profissional desses supervisores, uma vez que a massificação e perda da qualidade de ensino influenciam no exercício profissional. Para Ortiz (2014), um dos maiores desafios no processo de supervisão é a necessidade de se “orientar professores, assistentes sociais supervisores e discentes quanto ao desenvolvimento do estágio em serviço social.” (Idem, 2014, p.205).

Embora a categoria apresente avanços com as regulamentações da política de estágio, ainda existe uma precarização nas condições e relações de trabalho que influencia a concepção e compreensão do estágio supervisionado como espaço de formação. Ortiz (2016) aponta que a supervisão no estágio supervisionado pode ser confundida com ato de delegar tarefas. Um condicionante desse fator é a delegação de tarefas estratégicas que

desqualificam o amadurecimento teórico, técnico e interventivo da profissão. A problemática está relacionada às novas configurações de trabalho que são solicitadas pelas instituições e que confundem o processo de formação do estágio com o processo de trabalho, conforme explica Santana (2008):

[...] o processo de supervisão figura enquanto elemento integrante do processo de trabalho do serviço social, portanto não é “sobre-trabalho”. [...] Significa ultrapassar a lógica institucional, que concebe a sua prática restrita à prestação de serviço e exclui o processo de supervisão (SANTANA, 2008, p.02).

Assim, é essencial entender os reais objetivos do estágio para não retroalimentar fragilidades no processo de aprendizado dos discentes. Nessa perspectiva, o trabalho conjunto dos supervisores e coordenação de estágio é essencial na defesa do estágio supervisionado ético, crítico e legal em Manaus.

3. CONCLUSÃO

O estágio supervisionado assume a centralidade na formação profissional no processo de apropriação, identificação, habilidades e competências da profissão. Esse desenvolvimento exige uma comunicação qualificada entre os sujeitos envolvidos na sua operacionalização, pois o estágio, como instrumento desvelador de aprendizado, aproxima o discente da relação teoria/prática em espaços com situações permeadas por contradições e desafios que instigam o discente a desenvolver sua criticidade e leitura das entrelinhas do imediato. Destaca-se que algumas atividades podem ter um cunho técnico e administrativo, que aparentemente outro profissional poderia executar. Porém a interpretação e a análise das expressões da questão social só são possíveis através do olhar crítico, investigativo e interventivo, propiciado na formação profissional em serviço social.

O objetivo deste artigo foi o de discorrer sobre as principais dificuldades na operacionalização do estágio. Rememorando o desenvolvimento, é importante considerar que a precarização do ensino na universidade e campo fragilizam não só a formação profissional, mas o futuro exercício. As posturas éticas, posicionamento interventivo e investigativo desenvolvido no processo de aprendizado desvelam o fazer profissional do discente no futuro. Quando o discente tem uma formação qualificada e tem conhecimento dos elementos básicos que fundamentam e direcionam a profissão, pressupõe que seu fazer profissional não estará desvinculado do que preconizam o projeto ético político da profissão e o projeto de formação profissional. É preciso destacar que se há dificuldades e falta da fundamentação crítica, a formação pode direcionar o discente a um perfil profissional despolitizado e sujeito às normas do mercado.

Dessa forma, o acompanhamento dos supervisores é de extrema importância no processo de aprendizagem. A pesquisa bibliográfica evidenciou que um dos desafios no processo de acompanhamento é a intensificação da jornada de trabalho, no que se refere a tempo e demanda. De modo geral, observou-se que atividades da supervisão de ensino e campo estão sujeitas a pressões individuais de qualidade e curto prazo, que fragilizam a qualidade do ensino no perpassar de um conhecimento. O estágio, que deveria ser espaço privilegiado para fazer a relação teoria/prática, pode estar sujeito à cotidianidade das demandas e perder a essência de seus reais objetivos. Ou seja, as condições de trabalho e arcabouço teórico do discente são essenciais para a não absorção rotineira de atividades e a possível construção de um perfil crítico atento as contradições presentes no processo de aprendizado da prática profissional.

As dificuldades de inserção, permanência e acompanhamento não estão desvinculados do processo formativo dos envolvidos. As mudanças políticas, econômicas e ideológicas afetam os campos de estágio através da precarização do trabalho e fragilizam a formação através da indisponibilidade de tempo para orientar, ensinar e acompanhar. Dessa forma, pensar em estratégias de defesa do estágio supervisionado e capacitação permanente são de extrema importância no contexto atual, por conta da desvalorização dos professores e universidade, colocados em xeque através de novos posicionamentos e ideologias na educação. Compreende-se que os desafios passados e atuais são os mesmos; o que diferencia são as novas roupagens dos limites e possibilidades da sua materialização.

É importante destacar que *Política Educacional* não está desarticulada do *Estágio Supervisionado*, uma vez que as mudanças intituladas com a ideia de “acesso inclusivo” podem ocasionar fragilidades na qualidade da formação profissional. Logo, o investimento em palestras, oficinas e atualizações para os sujeitos envolvidos na operacionalização do estágio estará cooperando no aprimoramento do conhecimento e possíveis resolutividades para as dificuldades no processo de materialização do estágio supervisionado. Por fim, acredita-se que os resultados da pesquisa podem contribuir para a discussão teórica acerca da importância e centralidade do estágio supervisionado, assim como para a reflexão crítica sobre os desafios da realização do estágio curricular (em termos de dificuldades) que fragilizam a formação profissional, além de fornecer subsídios para adoção de novas estratégias de avaliação e enfrentamento frente às dificuldades vivenciadas pelos discentes no curso de serviço social da UFAM em Manaus.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rivânia Lúcia e ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção.** Rev. katálysis, vol.15, n.2, pp.203-211, 2012.

ALVES, Suéllen Bezerra e ALVES, Vanessa Castro. **Formação em Serviço Social e demandas sociais contemporâneas: o envelhecimento em debate.** In: I Congresso Internacional De Política Social E Serviço Social: Desafios contemporâneos, 01, Londrina PR, de 09 a 12 de junho de 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da crise do capital na Política de educação superior no Brasil no contexto atual.** In: A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados Processos e Desafios, 01^a ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

GUERRA, Yolanda. **O Estágio Supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa.** In: A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados Processos e Desafios, 01^a ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A formação acadêmico profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

_____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **Formação Profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios.** Serviço Social e Realidade, Franca, v.13, n.2, p. 55-78, Franca: UNESP maio, 2004.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.** In: A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados Processos e Desafios, 01^a ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

_____, Fátima da Silva Grave. **A política nacional de estágio e a Supervisão direta: avanços e desafios.** Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social.** In: A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados Processos e Desafios, 01^a ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

SANTANA, Necilda de Moura. **O processo de supervisão na formação profissional do assistente social.** Novo Enfoque, Rio de Janeiro, n. 07, v. 07, p. 01-10, 2008.

UFAM, CEG/CONSEPE. **Resolução n° 33A/ 2009. Regulamenta o projeto**

pedagógico do curso de Serviço Social e reformula o currículo. UFAM, 2009.

_____, SISTEBID, *Plano Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFAM*, 2009.

_____, PROEG. Chamada Pública: Programa de estágio nos termos da Lei 11788/08 e da Resolução 067/2011-CEG/CONSEPE), 2018.